

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007334-80.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
Requerente: **Jefferson Marques Pereira**
Requerido: **TAM - Linhas Aéreas S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido junto ao *site* www.submarino.com.br passagens para viajar de São Paulo a Juazeiro do Norte/CE, com escala em Brasília tanto na ida quanto na volta.

Alegou ainda que posteriormente veio a saber que o voo de Brasília para Juazeiro do Norte foi cancelado e sem conseguir resolver a pendência se viu obrigado a adquirir novas passagens por meio de outra empresa aérea.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais que experimentou.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a sua responsabilidade deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

A jurisprudência vai na mesma direção, inclusive quanto a situações semelhantes à dos autos:

“Prestação de serviços - Pacote turístico - Danos materiais e morais - Dever de indenizar configurado. - Responsabilidade solidária dos fornecedores que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*participam da cadeia de fornecimento de determinado serviço. - Sentença mantida. - O fornecedor de serviços responde objetivamente pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos, sendo responsáveis todos os participantes da cadeia de serviços. Caracterizada a responsabilidade solidária da agência e da operadora, podendo a parte prejudicada valer-se do, direito de regresso, em ação autônoma. A procedência é parcial, apenas para reduzir a indenização do valor correspondente a 50 para, o correspondente' a 25 salários mínimos. Recurso parcialmente provido, v.u.” (TJSP; 35ª Câmara de Direito Privado; Apelação nº 992.05.050.632-2; Rel. **MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO**; julgado em 26/10/2009 – negritos originais).*

Tal orientação aplica-se *mutatis mutandis* com justeza à hipótese vertente, até porque restou incontroversa a participação da ré no episódio noticiado.

A maior evidência de que a ré reconheceu sua ligação com os fatos reside no reembolso feito ao autor por intermédio de seu cartão de crédito (fl. 121).

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, a ré não questionou a matéria fática trazida à colação, a qual de resto está satisfatoriamente demonstrada nos documentos apresentados pelo autor.

Positivou-se, portanto, que o autor pagou R\$ 715,99 por viagem de ida e volta que faria de São Paulo a Juazeiro do Norte/CE, bem como que ocorreu o cancelamento da escala que seria feita de Brasília para o destino final.

Bem por isso, e sem outras alternativas, o autor adquiriu novas passagens no importe de R\$ 1.136,70, tendo recebido um crédito da ré de R\$ 643,99 após a propositura da ação.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida prospera em parte.

Restou patenteado que a viagem que o autor de início contratou não se implementou por circunstância alheia à sua vontade consistente no cancelamento do voo entre Brasília e Juazeiro do Norte/CE, seja na ida, seja na volta.

Patenteou-se da mesma maneira que não sendo possível a reacomodação do autor em outros voos da ré ele adquiriu novas passagens com outra empresa aérea, recebendo de volta posteriormente parte do montante que desembolsara.

Ora, como nenhuma responsabilidade teve o autor por não ter conseguido viajar com a ré, ela deverá restituir-lhe o total do que foi recebido a esse título.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A própria ré admitiu a necessidade da devolução, mas o fez parcialmente sem dar qualquer justificativa para reter parte do pagamento feito pelo autor.

A condenação deverá limitar-se, pois, a R\$ 72,00, resultante da diferença entre o que foi desembolsado pelo autor (R\$ 715,99) e o que lhe foi reembolsado (R\$ 643,99).

Já o valor pago pelo autor para a aquisição das novas passagens não poderá ser incluído para fins de indenização.

Além de não haver comprovação de que o autor obrigatoriamente precisaria viajar somente nas datas que ajustou de princípio, é certo que usufruiu plenamente dos serviços que adquiriu, indo e voltando sem intercorrências destacadas de São Paulo para Juazeiro do Norte/CE.

A devolução do que pagou configuraria, assim, enriquecimento sem causa por parte do autor, tendo em vista que em última análise nada pagaria por sua viagem.

Nem se diga que o cancelamento dos voos aconteceu em data muito próxima de sua realização, porquanto não há nos autos prova segura que levasse à certeza de que outros valores teriam lugar em situação diversa.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 72,00, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2016 (época da contratação em apreço), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**